

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

THE MULTIPLE DIMENSIONS OF THE SOCIAL WORKER'S PROFESSIONAL PRACTICE

LAS MÚLTIPLES DIMENSIONES DEL EJERCICIO PROFESIONAL DEL TRABAJADOR
SOCIAL

Bruna Renata Scarduelli Vieira

Assistente Social pela Faculdade Estácio de Sá, cursando Pós-Graduação Política de Assistência Social pela UNINTER.

Solange Maria Pimentel

Assistente Social (Faculdades Integradas Espirita), Mestre em Tecnologia e Trabalho (UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná), orientadora de TCC do Grupo UNITER

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar – por meio de uma breve revisão de literatura, entre artigos, livros e sites – as múltiplas dimensões do exercício profissional do assistente social. Trata de compreender as ações e técnicas, o fazer profissional, a legislação que baliza essas ações, o pensar e o agir do profissional, frente às demandas do serviço, em seus diferentes campos de atuação. Os autores estudados indicam que o Serviço Social é uma profissão cuja marca interventiva a particulariza dentre as demais profissões inscritas na divisão sociotécnica do trabalho e a diferencia dos demais trabalhos. Pretende-se contribuir com uma análise crítica para identificar os desafios e avanços da profissão, as suas formas e adaptações no decorrer do tempo, como o profissional propõe suas ações, e a atuação profissional frente às diferentes demandas. Será analisado que o Serviço Social nem sempre foi tido como profissão; sua origem esteve diretamente relacionada tanto à Igreja Católica quanto à burguesia, com o objetivo de disciplinar e diminuir os males sociais advindos da expansão capitalista. Os espaços socio-ocupacionais do assistente social são diversos, assistência social, saúde, previdência social, além de empresas privadas e terceiro setor.

Palavras chave: Assistente Social. Exercício Profissional. Relações Sociais.

ABSTRACT

This article aims to analyze – through a brief literature review, of articles, books and websites – the multiple dimensions of the social worker's professional practice. It is about understanding the actions and techniques, the professional role, the legislation that marks these actions, the professional's thinking and acting, facing the demands of the service, in their different fields. The authors studied indicate that Social Work is a profession whose interventional mark distinguishes it from other professions registered in the socio-technical division of labor and differentiates it from other jobs. It is intended here a contribution for a critical analysis to identify the challenges and advances of the profession, its forms and adaptations over time, how the professionals propose their actions, and the professional performance when facing different demands. It is analyzed that Social Work was not always considered as a profession; its origin was directly related to both the Catholic Church and the bourgeoisie, with the aim of disciplining and reducing the social ills resulting from capitalist expansion. The social-occupational spaces of the social worker are diverse, social assistance, health, social security, besides private companies and the third sector.

Keywords: Social Worker. Professional Practice. Social Relations.

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo analizar —por medio de una breve revisión de la literatura, realizada en artículos, libros y páginas web— las múltiples dimensiones del ejercicio profesional del trabajador social. Trata de comprender las acciones y técnicas, el hacer profesional, la legislación que le da soporte a esas acciones, el pensar y el actuar del profesional frente a las demandas que recibe en sus diferentes campos de actuación. Los autores estudiados indican que el Trabajo Social es una profesión cuya práctica de intervención la particulariza entre las demás profesiones inscritas en la división sociotécnica del trabajo y la diferencia de las demás. Se pretende contribuir con un análisis crítico que trata de identificar los desafíos y adelantos de la profesión, sus formas y adaptaciones a lo largo del tiempo, la manera como el profesional propone sus acciones y su actuación frente a las diferentes demandas. Se discurrirá sobre el hecho de que el Trabajo Social no ha sido siempre considerado como una profesión; su origen estuvo directamente relacionado con la Iglesia Católica, así como con la burguesía, y su función era la de mantener el orden y disminuir los males sociales producidos por la expansión capitalista. Los espacios socio-ocupacionales del trabajador social son diversos: asistencia social, salud, previdencia social, además del trabajo en empresas privadas y en el tercer sector.

Palabras-clave: Trabajador Social. Ejercicio Profesional. Relaciones Sociales.

INTRODUÇÃO

Realizou-se uma breve revisão da literatura a fim de analisar e identificar as múltiplas dimensões do exercício profissional do assistente social. Consideraram-se os desafios e avanços da profissão e se observaram os conflitos éticos que estão materializados no cotidiano deste profissional.

Pensando sobre o campo do capital e das classes dominantes, é possível perceber que o essencial dos processos de intensificação dos problemas sociais e de precarização da qualidade de vida se deve justamente ao aumento da degradação e da exploração do trabalho. A autora Iamamoto (2007) deixa clara a necessidade de pesquisas e estudos concretos que desvendem o “processamento do trabalho do assistente social e as formas por ele assumidas nos diferentes espaços ocupacionais”, além é claro, da grande importância que devemos dar aos estudos relacionados às atividades e ações do cotidiano profissional em instituições públicas e privadas.

Será abordado neste artigo o assistente social como profissional assalariado; pretende-se explicar onde e de que forma o profissional está inserido no mercado de trabalho. Com o estudo dos textos de Iamamoto (1998), é possível afirmar que o Serviço Social é trabalho. O processo de trabalho, brilhantemente explicado por Marx (1983), é “um processo entre o

homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (1983, p. 149). Com isso justifica-se o artigo, pois pretendemos entender o Serviço Social como uma profissão que atua na coletividade, nas famílias e nos indivíduos, com caráter propositivo e interventivo.

Também será discutido o surgimento do Serviço Social, qual foi e como foi o percurso da profissão e da atuação profissional, quais foram os influenciadores e de que forma a profissão foi se desenhando e caracterizando. Após o breve estudo histórico, iniciaremos a caracterização do Serviço Social como profissão, abordando assuntos como atuação profissional, rotina de trabalho, os objetivos e impactos da atuação profissional, bem como as suas dificuldades.

O trabalho tem como objetivo proporcionar um breve estudo referente à atuação do assistente social em seu campo socio-ocupacional.

METODOLOGIA

O estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica com consulta de artigos publicados, teses e livros. Consultaremos também, para balizar as questões apontadas, o Código de Ética Profissional, a Lei 8.662 que regulamenta a profissão e também a Constituição Federal de 1988.

O Serviço Social se coloca como uma profissão que atua, principalmente, no combate às desigualdades sociais, sempre com o foco na coletividade, na integração do indivíduo com a família e com a sociedade. Entender as demandas do serviço e a sua principal luta, faz com que o profissional possa estar sempre em desenvolvimento, acompanhando e propondo soluções para a melhoria dos serviços prestados à população. Como uma profissão de caráter propositivo e interventivo, entende-se a fundamentação de uma pesquisa que coloca como base as dificuldades da luta diária, identificando os seus desafios e avanços.

O trabalho tem como objetivo avaliar o exercício profissional, observando os conflitos éticos presentes na atuação e ainda verificar os instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operativos presentes na intervenção do assistente social. Esta pesquisa visa contribuir

com o meio acadêmico e também profissional no que diz respeito às demandas e desafios enfrentados diariamente.

ASSISTENTE SOCIAL COMO PROFISSIONAL ASSALARIADO

De modo a analisar as múltiplas dimensões do exercício profissional do assistente social, serão estudadas as reflexões de Iamamoto e Carvalho (1983), que ajudarão a entender como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este não advém somente do crescimento econômico, mas traz consigo as contradições próprias a este modo de produção, além de um quadro de fragilização das relações de trabalho, visto que gera uma competição entre as pessoas que buscam desesperadamente por um lugar no mercado de trabalho, por exemplo. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 77).

É fundamental entender que, neste momento, a “questão social” se torna a base que justifica a necessidade deste profissional, aquele que vai além da “caridade e repressão”.

Ressaltamos que, mesmo sendo caracterizada como uma profissão que está regulamentada como de caráter liberal, fica claro, quando estudamos o assunto, que os profissionais assistentes sociais trabalham como assalariados, prestando serviços em diferentes áreas como saúde, educação, assistência social, habitação, docência, entre outros, o que o afeta diretamente em sua autonomia e também na possibilidade de construir respostas técnicas profissionais.

Com o estudo dos textos de Iamamoto (1998), é possível afirmar que o Serviço Social é trabalho. O processo de trabalho, brilhantemente explicado por Marx (1983), se define como “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p. 149). O autor coloca, em seu texto, que o trabalho pode ser entendido quando o homem interfere na natureza, modificando-a e modificando-se também. Independente da sociedade que esteja

sendo estudada, o trabalho é tido como um condicionador da existência humana; é através dele que o homem se constrói, conduzindo ao seu autodesenvolvimento como espécie.

O autor Montañó (2006) nos indica que os países periféricos passaram a desenvolver políticas e práticas com vistas a cumprir o estabelecido no Consenso de Washington (1989), com base no novo modelo de produção, o qual redefiniu estratégias geográficas, além de aprofundar o controle sobre a produção e intensificação do trabalho, para ampliar a produtividade.

A programática neoliberal representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital (que para a América Latina segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989) frente à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: o ‘combate ao trabalho’ (às leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda), a chamada ‘reestruturação produtiva’ e a ‘(contra) reforma do Estado’. (MONTAÑO, 2006, p. 03)

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo trouxeram impactos destrutivos, que atingiram o mundo do trabalho de forma geral, mas principalmente atingiram os trabalhadores em sua organização de classes, garantia de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Toda essa demanda social incide sobre os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, mas também como mediadores dos conflitos, ao enfrentar a questão social e propor medidas que visem solucionar, diminuir, enfraquecer tal demanda.

O surgimento do Serviço Social

O Serviço Social se apresenta, inicialmente, como assistência, uma prática bastante antiga da humanidade. Martinelli (2007) destaca que a prática da assistência já era utilizada em 3000 a. C. com o objetivo de ajudar àqueles mais necessitados, entre eles, idosos, órfãos, doentes. Também Vieira (1989) explica a antiguidade da assistência:

O Serviço Social, como instituição, emergiu e se desenvolveu como fato das civilizações onde viveu; com este ou outro nome, existiu desde que os homens apareceram sobre a terra. Admitindo ser o Serviço Social – ajuda ou auxílio aos outros – um fato social, isto é, “um modo de fazer constante e geral na amplitude de uma

determinada sociedade, embora tenha uma existência própria, independente das manifestações”. (VIEIRA, 1989, p.13)

Ressaltamos aqui, a sempre presente influência da Igreja Católica e também da classe dominante.

Os problemas sociais da época eram encarados como disfunções de caráter. De acordo com Martinelli (2007), Mary Ellen Richmond, pioneira do Serviço Social, entendia:

(...) a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter. Atribuía grande importância ao diagnóstico social como estratégia para promover tal reforma e para reintegrar o indivíduo na sociedade. (MARTINELLI, 2007, p.106)

Para Richmond, a assistência social atendia às expectativas da burguesia, atuando como se buscasse uma “reforma de caráter”, que possibilitasse a reintegração do indivíduo à sociedade.

Netto (1996) nos coloca que,

O Serviço Social não se profissionaliza apenas em função da evolução da ajuda ou da filantropia, mas também em função da organização do modelo de produção capitalista, onde a profissão de Assistente Social só se profissionaliza quando o agente passa a ocupar um lugar na divisão técnica e social do trabalho. (NETTO, 1996)

É sabido que o Serviço Social nasce como profissão na sociedade capitalista, em seu ‘estágio monopolista’, como nos relata o autor; neste mesmo contexto em que a questão social, especialmente pelo seu caráter de classe, irá demandar do Estado alguns mecanismos de intervenção econômica, política e social.

É assim que a institucionalização vai se relacionar à progressiva intervenção do Estado no chamado processo de ‘regulação social’; é neste momento em que as sequelas e as manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais. Tanto no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista, como aos seus processos de acumulação privada, que seguem em benefício do grande capital monopolista.

Iamamoto e Carvalho (2007) nos citam em ordem cronológica as primeiras áreas de atuação das assistentes sociais formadas pelas escolas brasileiras:

“1932 – Centros Operários e Círculos de formação de moças, fundados pelo CEAS.

1934 – Departamento Estadual de Trabalho – Inspectores do Trabalho de Menores e Mulheres.
1935 – Departamento de Assistência Social do Estado.
1937 – Juízo de Menores. Prefeitura de São Paulo (submonitoria de Playground).
1938 – Serviço de Proteção aos Imigrantes.
1940 – Centros Familiares (CEAS – Departamento de Serviço Social). Indústrias e estabelecimentos comerciais. Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Industriários. Obras particulares.
1942 – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.”. (cit. IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 189).”

Como podemos perceber, os avanços são tímidos e bastante gradativos, porém vão acontecendo. Atualmente, temos um número considerável de áreas de atuação profissional.

Destacamos que, devido à forte ligação com a Igreja Católica, as primeiras assistentes sociais não se reconheciam como pertencentes à classe trabalhadora. É somente a partir do Movimento de Reconceitualização (1965-1975), que essa visão começa a mudar. Esse movimento traz à profissão uma visão desenvolvimentista e, ao profissional, a postura de um agente que representa um trabalhador assalariado do modo de produção capitalista.

O trabalho: caracterização

Após identificar e problematizar o início da profissão, temos bagagem para iniciar a discussão acerca do trabalho desenvolvido pelo assistente social.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e balizada pelo Código de Ética, aprovado pela resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. (Torres, 2009, s/p).

Como vimos, nem sempre foi tido como profissão; sua origem esteve diretamente relacionada tanto à Igreja Católica quanto à burguesia, com o objetivo de disciplinar e diminuir os males sociais advindos da expansão capitalista.

Os espaços socio-ocupacionais do assistente social são diversos, assistência social, saúde, previdência social, além é claro, de empresas privadas e do terceiro setor.

Aqui, iremos focar na área socioassistencial, para fazer o recorte e iniciar o debate com relação ao fazer profissional.

O profissional atua em programas e projetos já elaborados, muitas vezes, em atividades nem sempre construídas por assistentes sociais, o que compromete claramente a sua autonomia de trabalho. Outro ponto a ser debatido é a rotina de trabalho, a qual possibilita a organização e também a avaliação das atividades, porém a rotina nos traz um questionamento, pois pode distanciar o profissional daquilo que faz, mecanizando as ações. A repetição dessas ações pode levar à desqualificação do que é o exercício profissional, e gerar a ação somente pela ação. Marx (1983) diz:

O trabalho é possibilidade de objetivação do homem, ou seja, através dele, ele constrói relações sociais e modifica a si mesmo e à realidade social onde vive. A relação da venda da força de trabalho impõe algumas determinações que ferem a autonomia profissional. [...]Marx (1983).

O assistente social precisa estar ciente de seus objetivos e dos impactos que pode ou não causar na vida dos usuários. Um profissional propositivo deve conseguir propor soluções e gerar materialidade na construção de atividades, visando obviamente atingir os objetivos do seu trabalho. O profissional deve, ainda, entender que sua profissão é cercada por múltiplos conhecimentos; deve buscar não somente o seu próprio conhecimento, como também o de sua equipe, visto que, apesar de ser realizado por indivíduos profissionais, o trabalho também pode ser coletivo e multidisciplinar.

Ressaltamos ainda a importância de entender o projeto ético-político, que baliza a profissão, buscando sempre a construção de repostas profissionais que, além de justificar as ações desenvolvidas, também tendam as demandas apresentadas pelos usuários.

O exercício profissional é apresentado mediante uma tripla dimensão: a interventiva, a analítica e a ética, que mantêm entre si uma relação de autonomia e interdependência, a saber:

- DIMENSÃO INTERVENTIVA: esta dimensão tratará do fazer profissional. Compreenderá a intervenção, a atuação propriamente dita, delimitando o campo das tendências teórico-metodológicas, a instrumentalidade, os instrumentos técnico-operativos e também as habilidades. É desta dimensão que surge a existência, a materialidade e a concentricidade da profissão. Sugere o exercício da profissão em uma perspectiva crítica, visando a superação da prática reiterativa, o que implica se posicionar com o objetivo de

consolidar a ação profissional em defesa dos direitos sociais, previstos na legislação. Esta, é uma prática caracterizada como um compromisso com a classe subalterna, um esforço para romper com o conservadorismo, o qual, mesmo com toda luta, ainda está presente na rotina profissional.

- DIMENSÃO INVESTIGATIVA: esta dimensão está relacionada com a produção do conhecimento. Incentiva as pesquisas, que devem qualificar e dar suporte na concretização da ação interventiva. Ou seja, “[...] é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social” (ABEPSS, 2007, p.67).

- DIMENSÃO ÉTICA: esta dimensão coloca em prática todas as definições estabelecidas no Código de Ética de 1993 e no projeto ético-político, priorizando a forma como os profissionais utilizam o conhecimento, se apropriam dele e o aplicam.

Essas três dimensões são complementares, que devem favorecer a viabilidade do fazer profissional, além, é claro, de dar embasamento teórico e argumentativo ao agir profissional.

De acordo com a análise da realidade social, o profissional será capaz de intervir, ou seja, conhecer, planejar, executar e analisar ações profissionais. Tal intervenção deve utilizar todas as habilidades profissionais, habilidades essas que são percebidas no cotidiano, no fazer profissional.

É importante que o profissional entenda sua postura acerca do protagonismo do usuário na intervenção, superando qualquer visão de paternalismo ou mesmo caridade, benemerência que, mesmo com todo esforço e luta profissional para romper com o conservadorismo, ainda se faz presente na postura de alguns profissionais, como se os usuários precisassem ser ouvidos somente por suas queixas e não por sua capacidade e autonomia de decisão. O profissional deve ter uma visão e um olhar diferenciado, buscando utilizar uma visão para além daquilo que pode ser visto como aparência.

Deve-se ainda, ter claramente a visão da importância da aplicação do exercício profissional na vida do usuário, de forma a buscar sempre pensar e repensar respeito à construção de estratégias de intervenção que estejam de acordo com aquilo que está sendo buscado pelo indivíduo e/ou pela população. É necessário entender as contradições presentes

na realidade social e analisar como o profissional irá se posicionar frente a uma demanda determinada.

Iamamoto (2007) destaca algumas características necessárias ao profissional:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida da sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTO, 2007, p. 49)

A autora nos apresenta que a realidade profissional é colocada de forma diferente no cotidiano de trabalho e depende de o profissional ser ativo, criativo, propositivo e capaz, não somente como profissional, mas capaz de entender o contexto que lhe está sendo colocado e qual será a abordagem adequada para aquele momento, de que forma deverá agir, ou seja, colocar seus conhecimentos em prática.

É fundamental que o assistente social seja um profissional que pensa e propõe medidas e ações, que busca agir diretamente sobre as expressões da questão social, respeitando o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei nº 8.662.

Essa Lei, sancionada em sete de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e seus órgãos representativos e determina que a profissão deverá ser exercida somente por um profissional com formação acadêmica em Serviço Social. Indica que as competências não são privativas do assistente social, mas no que tange à responsabilidade profissional, dispõe sobre as atribuições que lhe são privativas, pois somente um graduado em Serviço Social está preparado para executá-las.

Apresentaremos abaixo algumas das atribuições estabelecidas pela Lei nº 8.662/93 como privativas do Serviço Social:

“I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional”.

No ano de 2010, incorporou-se à Lei de Regulamentação a definição de uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais ao profissional que executa a função de assistente social, o que constitui um grande passo para o Serviço Social, pois esse tema era palco de discussões há anos.

O atual Código de Ética é o de 1993, mas é necessário recordar que o anterior, homologado em 1986 sob resolução CFESS nº 195, representa um marco, uma virada histórica do Serviço Social, visto que se tratava da primeira tentativa legal da categoria em definir os seus compromissos com a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível refletir e avaliar os campos de trabalho dos assistentes sociais. Pensando no campo do capital e das classes dominantes, é possível perceber que o essencial dos processos de intensificação dos problemas sociais e de precarização da qualidade de vida é justamente consequência do aumento da degradação e da exploração do trabalho.

A autora Yamamoto (2007) deixa clara a necessidade de pesquisas e estudos concretos que desvendem o “processamento do trabalho do assistente social e as formas por ele assumidas nos diferentes espaços ocupacionais”, além é claro, da grande importância que também devemos dar aos estudos relacionados às atividades e ações do cotidiano profissional em instituições públicas e privadas, de modo a propor metodologias e novas ações, que possam contribuir com os trabalhos.

O profissional deve ter uma visão e um olhar diferenciado; deve utilizar uma visão para além daquilo que pode ser visto como aparência; não deve ver só aquilo que é visto através dos olhos, para poder perceber aspectos que podem sugerir situações de violência e/ou negligência.

Deve ainda estar consciente da importância da aplicação do exercício profissional na vida do usuário, para adequar suas estratégias de intervenção ao que está sendo buscado por ele e/ou pela população. As ações profissionais devem ser pensadas em conjunto com os indivíduos e sua família, ou seja, não devem ser uma decisão do profissional, mas sim compartilhada.

O trabalho do assistente social é e será uma luta coletiva, sempre na conjuntura dos grandes desafios. Na luta pelos direitos. Esperam-se ainda muitos avanços no campo teórico, prático e metodológico, principalmente aqueles que estão diretamente relacionados ao trabalho direto com os usuários, na abordagem individual ou no trabalho socioeducativo.

O autor Netto (1996) aponta que o profissional que erra a análise, erra também na intervenção; cada profissional em sua atuação deve ter essa assertiva em mente.

REFERÊNCIAS

Código de Ética, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 out 2018.

Lei de Regulamentação da Profissão LEI Nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 15 out 2018.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2007.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21 ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O processo de produção do capital**. In: _____. *O Capital - crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Capítulo V, pp. 149-63.

MONTAÑO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social Crítico**. In: *Revista Katálysis*, Vol. 09, n. 02, Florianópolis: UFSC, julho a dezembro, pp. 141-157, 2006.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n 50, ano XVII, pp. 87-132, 1996.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>>. Acesso em: 14 out 2018.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: Contribuição para a construção da sua teoria**. 5 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.